



CLIPPING INTERNET
01/04/2022 ATÉ 01/04/2022



INDÍCE

1	DESEMBARGADOR	
	1.1 SITE CÂMARA DE SÃO LUÍS.....	1
2	PRESIDÊNCIA	
	2.1 SITE TRIBUNAL DE JUSTIÇA MINAS GERAIS.....	2

Desembargadora Maria Francisca Galiza recebe título de Cidadã Ludovicense

Por Leandro Ferreira

01/04/2022 - 07h35

A sessão solene aconteceu na manhã dessa quinta no Plenário da Câmara.

A desembargadora Maria Francisca Galiza agradeceu ao reconhecimento pelo seu trabalho e ressaltou que se sente muito honrada por receber o título de cidadã ludovicense. / Leonardo Mendonça

A Câmara de São Luís entregou, na manhã desta quinta-feira, 31, o título de Cidadã Ludovicense para a desembargadora Maria Francisca Gualberto de Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão. A honraria foi proposta pela vereadora Karla Sarney (PSD).

A vereadora deu início aos discursos da sessão solene e destacou que a desembargadora é uma excelente profissional e lutou muito para poder alcançar os seus objetivos. “A nossa querida desembargadora é uma guerreira e uma lutadora. Tudo que ela alcançou na vida foi através de muito estudo e de muita luta. A câmara e a cidade de São Luís te recebem de braços abertos. Parabéns para a nova cidadã ludovicense”, disse Karla Sarney.

O presidente da associação dos magistrados do Maranhão, Holídice Barros, ressaltou que o momento é de muita alegria para a magistratura no Maranhão. “Estamos homenageando uma grande profissional. A desembargadora é uma unanimidade na magistratura maranhense. É uma pessoa muito querida, que tem muitas qualidades, como cidadã, como desembargadora e também como colega. Ela é uma pessoa muito culta e muito dedicada à carreira jurídica”, disse.

A desembargadora Maria Galiza, ao se pronunciar na tribuna, agradeceu ao reconhecimento pelo seu trabalho e ressaltou que se sente muito honrada por receber o título de cidadã ludovicense.

“Este momento representa um marco na minha vida. Receber o título de cidadã ludovicense confirma os laços que criei com a cidade. Me identifico com a sua cultura, é uma cidade que me encanta. Esta homenagem sela de vez uma relação de amor com São Luís. Esta cidade é o palco de minhas vitórias, minhas dificuldades e superações. Sinto a felicidade e a alegria de ser filha, por merecimento, da terra que me acolheu”, disse Maria Galiza.

Além da vereadora Karla Sarney, compuseram a mesa da sessão solene a desembargadora Nelma Sarney, a desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva, o desembargador Antônio José Vieira Filho, o desembargador Tyrone Silva, o presidente da associação dos magistrados do estado do Maranhão, Holídice Barros, o juiz de direito Pedro Pascal e a juíza de direito Márcia Chaves.

A homenageada é natural do município de Uiraúna, no Estado da Paraíba, e reside em São Luís desde Janeiro de 1976. Graduiu-se em direito no ano de 1985. Maria Francisca Galiza foi aprovada para o cargo de Juíza de Direito na Comarca de Urbano Santos no ano de 1991, dois anos depois foi promovida por merecimento para a Comarca de Carolina.

No ano 2000, Maria Galiza foi promovida ao cargo de Juíza de Direito Auxiliar de 4º entrância e também foi representante dos Juizados Especiais, junto ao Conselho e Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no ano de 2006.

Ela também foi Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão nos Biênios 2014 a

2015, 2017 a 2018, e 2019 a 2020. Maria Galiza é desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão desde fevereiro de 2021.

Experiências de regularização apresentadas no Fórum Fundiário do Matopiba-MG 2022

Legislação, modernização, atualização jurídica e nova matriz energética estão entre pontos discutidos
30/03/2022 11h10 - Atualizado em 31/03/2022 13h56Número de Visualizações: 147

matopiba1.jpg

8º Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais de Justiça da região conhecida como a "nova fronteira agrícola nacional" foi realizado na quinta-feira e sexta-feira (24 e 25/3), em Belo Horizonte (Crédito: Divulgação/TJMG) Como um pequeno município do Norte de Minas Gerais se tornou o primeiro a ter a regularização fundiária urbana 100% concluída? As respostas e os desafios enfrentados pelo registrador de imóveis e pela procuradora do Município de Catuji, que podem servir de exemplo para outras cidades, foram debatidos na manhã de sexta-feira (25/3), durante a 8ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais de Justiça da Região do Matopiba-MG. Conhecida como a "nova fronteira agrícola nacional", a região é formada pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais.

matopiba2.jpg

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Tocantins Océlio Nobre da Silva (centro) falou sobre a importância do engajamento das comunidades (Crédito: Divulgação/TJMG)

Frederico Brasileiro de Oliveira, registrador de imóveis da Comarca de Novo Cruzeiro (MG), e Rariane Rodrigues Doerl Santos, procuradora municipal de Catuji (MG), foram os palestrantes que compartilharam as experiências daquele município. Ambos destacaram a importância da cooperação entre os entes públicos para possibilitar a efetivação da regularização fundiária.

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Tocantins Océlio Nobre da Silva ressaltou também o engajamento da comunidade, apontando que a regularização fundiária deve se tornar um projeto de todos os moradores de uma região. Também falou da importância do apoio do Judiciário na conscientização e orientação da comunidade, por meio de audiências públicas, por exemplo — o que pode concorrer para uma desejável aproximação do Judiciário à sociedade.

Na segunda palestra, Ticiany Gedeon Maciel Palácio, juíza auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão, e Hostílio Maia de Paula Neto, doutor em Geografia e Geoprocessamento, apresentaram a ferramenta QGIS — um sistema de informação geográfica de código aberto. Em formato de aplicativo, é gratuito e pode ser facilmente instalado em diversos dispositivos. O QGIS permite o cadastramento de imóveis e seus dados e a comunicação eletrônica com diversos sistemas institucionais, facilitando o processo de regularização fundiária dos municípios.

Ainda pela manhã, os desafios da intercessão entre a regularização fundiária e a demanda por áreas de instalação de usinas de produção de energia renovável foram tema da terceira palestra, intitulada "Os Impactos Econômicos na Produção de Energia Eólica e Solar".

Ana Cristina de Souza Maia, presidente do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais, Richard Martins Torsiano, especialista internacional em governança e administração de terras, e a juíza Ticiany Gedeon debateram a complexidade e imprescindibilidade da regularização fundiária para garantir a segurança jurídica e econômica de pequenos proprietários rurais e comunidades tradicionais, entre elas as quilombolas, que detêm a posse das áreas de interesse das empresas de novas matrizes energéticas.

Destacaram que a falta de regularização fundiária impacta diretamente a escolha das áreas de implantação

desses parques de geração de energia, bem como a regularização dos contratos de locação e arrendamento firmados com os pequenos proprietários e comunidades. Isso traz reflexos econômicos para as partes envolvidas e até para os municípios.

À tarde, os palestrantes Michely Freire Fonseca Cunha, oficiala de registro de imóveis de Virginópolis (MG), e Francisco Filomeno de Abreu Neto, especialista em políticas públicas da Secretaria do Patrimônio da União, bem como a debatedora Isabella Santos Lago, juíza auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia, foram unânimes em apontar a regulamentação fundiária como política pública de alta relevância e fundamental ao desenvolvimento econômico, não só por seu caráter social. Destacaram as diversas implicações econômicas derivadas da regularização fundiária urbana de conjuntos habitacionais.

Por sua vez, a diretora de Governança Fundiária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Eleusa Maria Gutemberg, tratou da falta de padronização e excesso de burocratização como fatores prejudiciais à regularização de áreas de assentamento.

matopiba4.jpg

Evento teve apresentações e discussões sobre diversas experiências de regularização fundiária (Crédito: Divulgação/TJMG)

Encerradas as palestras e redigidos os enunciados da Carta de Belo Horizonte, o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, e o corregedor do Estado do Maranhão, presidente do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais de Justiça do Matopiba-MG e atual presidente eleito do TJMA, desembargador Paulo Velten, destacaram o sucesso do evento diante da relevância dos temas apresentados, do elevado nível dos debates e do engajamento dos demais corregedores, autoridades e agentes públicos envolvidos na regularização fundiária.

As palestras estão disponibilizadas nos seguintes links:

https://www.youtube.com/watch?v=eLuD0tbf_OQ

<https://www.youtube.com/watch?v=olmU14Xhun8>

<https://www.youtube.com/watch?v=HFr7OIAAn4m4>

Diretoria Executiva de Comunicação - Dircom

TJMG - Unidade Fórum Lafayette

(31) 3330-2800

imprensa@tjmg.jus.br

[instagram.com/TJMGoficial/](https://www.instagram.com/TJMGoficial/)

[facebook.com/TJMGoficial/](https://www.facebook.com/TJMGoficial/)

twitter.com/tjmgoficial

[flickr.com/tjmg_oficial](https://www.flickr.com/photos/tjmg_oficial/)